

SIMULADO

PGM

SÃO PAULO



Estratégia
Carreira Jurídica

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso da PGM – São Paulo;
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil das últimas bancas organizadoras de certames;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;

PREENCHA O GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-PGM-SP-15-08-20>



Cartão de Respostas							
1		21		41		61	81
2		22		42		62	82
3		23		43		63	83
4		24		44		64	84
5		25		45		65	85
6		26		46		66	86
7		27		47		67	87
8		28		48		68	88
9		29		49		69	89
10		30		50		70	90
11		31		51		71	91
12		32		52		72	92
13		33		53		73	93
14		34		54		74	94
15		35		55		75	95
16		36		56		76	96
17		37		57		77	97
18		38		58		78	98
19		39		59		79	99
20		40		60		80	100

PROVA OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

Marcel Torres

01. Acerca da legitimidade associativa, é correto afirmar que:

a) as entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independentemente de autorização expressa.

b) a criação de associações independe de autorização, exigida apenas para a criação de cooperativas, na forma da lei, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

c) o mandado de segurança coletivo impetrado por entidades sindicais na defesa do interesse dos seus membros independe de autorização expressa.

d) as balizas subjetivas do título judicial, formalizado em ação proposta por associação, são definidas pela representação no processo de conhecimento, limitada a execução aos associados da parte autora.

e) a previsão estatutária genérica não é suficiente para legitimar a atuação, em Juízo, de associações na defesa de direitos dos filiados, sendo dispensável autorização expressa, desde que deliberada em assembleia.

02. Conforme a Constituição Federal e jurisprudência aplicável, é correto afirmar sobre direitos políticos:

a) A capacidade eleitoral ativa se traduz na possibilidade de concorrer a cargos eletivos.

b) O não alistável possui capacidade eleitoral passiva, mas não ativa.

c) A idade de 35 anos é condição de elegibilidade apenas para a candidatura para Presidente da República e Senador.

d) A proibição da segunda reeleição é absoluta e torna inelegível para determinado cargo de Chefe do Poder Executivo o cidadão que já cumpriu 2 mandatos consecutivos em cargo da mesma natureza, ainda que em ente da federação diverso.

e) A nacionalidade brasileira não é uma condição de elegibilidade.

03. Nos termos da Constituição Federal e jurisprudência aplicável, o *full bench* deve ser observado:

a) Quando parcialmente afastada, no tribunal, a incidência da lei ou ato normativo, embora sem declaração expressa de inconstitucionalidade.

b) Na declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo por juiz singular.

c) No julgamento, por órgão fracionário, de improcedência do incidente de constitucionalidade.

d) Nos julgamentos realizados pelas turmas recusas dos juizados especiais.

e) Pelo relator, quando, de plano, julga o feito com base em pronunciamento anterior acerca da matéria emitido pelo Supremo Tribunal Federal.

04. Compete, respectivamente, ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente:

a) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado; e, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados

b) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados; e os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado

c) o habeas corpus, quando o coator for Ministro de Estado; o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União.

d) o habeas corpus, quando o coator for Tribunal Superior; os conflitos de atribuições entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro.

e) as causas e os conflitos entre a União e os Estados; o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Tribunal de Contas da União.

05. Acerca do Mandado de Injunção, é correto afirmar:

- a) Da decisão de relator que indeferir a petição inicial, caberá agravo, em 5 (cinco) dias, para o órgão colegiado competente para o julgamento da impetração.
- b) A decisão terá eficácia subjetiva limitada às partes e efeitos *erga omnes*.
- c) O indeferimento do pedido por insuficiência de prova não impede a renovação da impetração fundada nos mesmos elementos probatórios.
- d) A norma regulamentadora superveniente produzirá efeitos *ex nunc* em relação aos beneficiados por decisão transitada em julgado, ainda que a aplicação da norma editada lhes for mais favorável.
- e) Sem prejuízo dos efeitos já produzidos, a decisão proferida no mandado de injunção sempre poderá ser revista, a pedido de qualquer interessado.

06. Em relação ao Habeas Data, é correto afirmar que:

- a) compete de forma originária ao Supremo Tribunal Federal, quando impetrado contra ato de Ministro de Estado.
- b) é cabível para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou de interesse coletivo.
- c) compete de forma originária ao Superior Tribunal de Justiça quando impetrado contra ato do Tribunal de Contas da União.
- d) é cabível para anotar explicação sobre dados a respeito do impetrante, desde que se constate inexatidão.
- e) será concedido para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

07. A respeito da ordem social, conforme a Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) O segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social a competência cuja contribuição seja superior à contribuição mínima mensal exigida

para sua categoria, assegurado o agrupamento de contribuições.

b) Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei, executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica.

c) A lei poderá possibilitar previsão de idade e tempo de contribuição distintos da regra geral para concessão de aposentadoria exclusivamente em favor dos segurados com deficiência.

d) Lei complementar poderá disciplinar a cobertura de benefícios não programados, inclusive os decorrentes de acidente do trabalho, a ser atendida exclusivamente pelo Regime Geral de Previdência Social.

e) A aposentadoria compulsória não se aplica aos empregados dos consórcios públicos, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das suas subsidiárias.

08. Acerca das alterações introduzidas pela EC 103/2019, assinale a alternativa correta:

a) É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ainda que decorrentes do exercício de cargos acumuláveis.

b) Não será admitida a acumulação de pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes das atividades militares previstas na CF/88.

c) Não será admitida a acumulação de pensões decorrentes das atividades militares de que trata a Constituição Federal com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social.

d) É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ressalvadas apenas as pensões decorrentes do exercício do magistério.

e) Será admitida a acumulação de pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com aposentadoria

concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social ou com proventos de inatividade decorrentes das atividades militares previstas na CF/88.

09. Acerca do Orçamento, assinale a alternativa correta:

a) Cabe à lei complementar dispor sobre o exercício financeiro.

b) As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem, para serem aprovada, precisam apenas ser compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

c) As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios apenas por meio de transferência especial.

d) Na transferência especial, realizada para alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios para a execução de emendas individuais impositivas, os recursos serão vinculados à programação estabelecida na emenda parlamentar.

e) Na transferência especial, realizada para alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios para a execução de emendas individuais impositivas, os recursos serão aplicados nas áreas de competência constitucional da União.

10. Acerca da liberdade de expressão jornalística e no direito a intimidade, assinale a alternativa que está conforme a jurisprudência do STF:

a) Quando constatada publicação ofensiva, a regra será a concessão de ordem judicial para sua não veiculação.

b) Para evitar-se a censura, poderá o órgão judiciário determinar a alteração do conteúdo da publicação jornalística que se considere ofensiva.

c) Mediante provocação, o órgão judiciário poderá determinar a supressão apenas dos trechos da publicação considerados ofensivos.

d) Em nenhuma hipótese se admitirá a proibição de divulgação de publicação jornalística.

e) No caso de publicação jornalística que atente contra direitos, poderá o ofendido buscar reparação judicial.

11. Acerca dos tribunais de contas e sua representação judicial, assinale a alternativa correta:

a) É vedada a criação de Procuradoria do Tribunal de Contas.

b) Os tribunais de contas sempre serão representados pela Procuradoria do Estado, ante ao princípio da unicidade de representação calcado na Constituição Federal.

c) As decisões dos Tribunais de Contas que acarretem débito ou multa não possuem eficácia de título executivo.

d) As decisões dos Tribunais de Contas que acarretem débito ou multa podem ser executadas por iniciativa do próprio Tribunal.

e) A Constituição Federal não outorgou aos Tribunais de Contas competência para executar suas próprias decisões.

12. Acerca da liberdade religiosa, assinale a alternativa correta:

a) a liberdade religiosa compreende a liberdade de crença, que é o direito que a pessoa tem de fazer suas próprias convicções, escolher seus padrões de valoração ética ou moral.

b) a liberdade religiosa compreende a liberdade de crença, que é o direito, individual ou coletivo, de praticar atos externos de veneração próprios de uma determinada religião.

c) no âmbito do exercício do direito de liberdade religiosa só haverá racismo se o discurso dessa religião supostamente superior for de dominação, opressão, restrição de direitos ou violação da dignidade humana das pessoas integrantes dos demais grupos.

d) A constituição garante o direito à liberdade religiosa, o que não significa garantir o direito de fazer proselitismo religioso.

e) Pregar um discurso de que as religiões são desiguais e de que uma é inferior à outra configura, por si, o crime de racismo.

13. Acerca das súmulas vinculantes, assinale a alternativa correta:

a) A súmula com efeito vinculante sempre terá eficácia imediata.

b) Da decisão judicial ou do ato administrativo que contrariar enunciado de súmula vinculante, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, implicando renúncia aos demais recursos eventualmente cabíveis.

c) Não se admite a revogação ou revisão de súmula vinculante *ex officio*.

d) A decisão que admite a manifestação de terceiros no procedimento de criação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante é irrecurável.

e) A criação de súmula vinculante dependerá reiteradas decisões sobre matéria constitucional ou infraconstitucional.

14. No caso de discussão acerca de leis editadas antes de entrar em vigor a Constituição Federal de 1988:

a) É possível declarar-se a sua inconstitucionalidade de forma incidental, mas não de forma concentrada.

b) É possível o manejo de Ação Declaratório de Constitucionalidade para obter-se certeza sobre a sua validade.

c) Não é suscetível de ser objeto de controle de constitucionalidade, difuso ou concentrado.

d) Não se verifica diferença, quanto as leis editadas após a vigência da CF/88, para fins de controle de constitucionalidade.

e) Pode ter a sua constitucionalidade verificada por meio de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

15. Segundo a jurisprudência do STF e a Constituição Federal, são legitimados universais para propositura de ADI:

a) o Presidente da República e o Governador de Estado ou do Distrito Federal.

b) a Mesa da Câmara dos Deputados e confederação sindical.

c) o Presidente da República e a Mesa de Assembléia Legislativa.

d) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e a Mesa do Senado Federal.

e) partido político com representação no Congresso Nacional e entidade de classe de âmbito nacional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Bruno Betti

16. Sobre recentes entendimentos do Superior Tribunal de Justiça, julgue os itens a seguir:

I - A Lei 9.784/99, especialmente no que diz respeito ao prazo decadencial para revisão de atos administrativos no âmbito da administração pública federal, pode ser aplicada de forma subsidiária aos Estados e municípios se inexistente norma local e específica regulando a matéria.

II - Ao particular aplica-se o mesmo regime prescricional previsto na lei de improbidade administrativa para os agentes públicos.

III - A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.

a) Todos os itens estão corretos.

b) Todos os itens estão errados.

c) Apenas o item III está errado

d) Apenas o item I está correto

e) Os itens I e II estão errados

17. De acordo com os posicionamentos do Supremo Tribunal Federal, marque a assertiva incorreta:

a) A acumulação de cargos públicos de profissionais da área de saúde, prevista no art. 37, XVI, da CF/88, não se sujeita ao limite de 60 horas semanais previsto em norma infraconstitucional, pois inexistente tal requisito na Constituição Federal.

- b) Editais de concurso público não podem estabelecer restrição a pessoas com tatuagem, salvo situações excepcionais, em razão de conteúdo que viole valores constitucionais.
- c) É indevida a indenização por danos materiais a candidato aprovado em concurso público cuja nomeação tardia decorreu de decisão judicial.
- d) A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), empresa pública federal, pode ser contratada sem licitação, com fundamento no art. 24, VIII, da Lei nº 8.666/93, para a prestação de serviços de logística
- e) É possível ao STF fazer a revisão do mérito das decisões do CNJ.

18. De acordo com os posicionamentos do STF, julgue os itens a seguir:

I – É inconstitucional lei que preveja a possibilidade de o indivíduo aprovado no concurso público ingressar imediatamente no último padrão da classe mais elevada da carreira.

II – A expressão "Procuradores", contida na parte final do inciso XI do art. 37 da Constituição da República, compreende os procuradores municipais, uma vez que estes se inserem nas funções essenciais à Justiça, estando, portanto, submetidos ao teto de 90,25% (noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) do subsídio mensal, em espécie, dos ministros do STF.

III – O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.

- a) Todos os itens estão incorretos
- b) todos os itens estão corretos.
- c) Itens I e II estão errados
- d) Apenas o item III está correto
- e) Apenas os itens II e III estão corretos.

19. Ainda sobre os recentes posicionamentos do STF sobre o Direito Administrativo, marque a assertiva incorreta:

- a) É inconstitucional o provimento de pessoas para exercerem a função de titular de serventias judiciais, com caráter privado após a CF/88
- b) Os candidatos em concurso público não têm direito à prova de segunda chamada nos testes de aptidão física em razão de circunstâncias pessoais, ainda que de caráter fisiológico ou de força maior, salvo se houver previsão no edital permitindo essa possibilidade.
- c) É constitucional a remarcação do teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização, independentemente da previsão expressa em edital do concurso público.
- d) Não deve ser determinada a devolução de valores recebidos de boa-fé por servidor público, percebidos a título precário no período em que liminar produziu efeitos.
- e) É constitucional determinação judicial que decreta a constrição de bens de sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos em regime não concorrencial, para fins de pagamento de débitos trabalhistas.

20. Sobre o tema pregão, marque a assertiva correta:

- a) É possível a utilização do pregão para alienações de bens e serviços comuns, usuais de mercado.
- b) no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor
- c) O maior lance pode ser tipo de licitação a ser adotado para julgar as propostas apresentadas pelos licitantes.
- d) O prazo de validade das propostas será de trinta dias, se outro não estiver fixado no edital.
- e) É possível a exigência de garantia das propostas na modalidade pregão;

21. De acordo com a temática Agentes Públicos, marque a alternativa correta:

- a) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.

b) é possível a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público

c) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores

d) o prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

e) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento

22. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades que possam sofrer atos de improbidade, exceto:

a) facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades que sofrem atos de improbidade

b) permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades que sofrem atos de improbidade, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

c) doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades que sofrem atos de improbidade, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie;

d) permitir ou facilitar a alienação, permuta ou locação de bem integrante do patrimônio de qualquer das entidades que sofrem atos de improbidade, ou ainda a prestação de serviço por parte delas, por preço inferior ao de mercado;

e) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.

23. Sobre o poder de polícia, marque a assertiva incorreta:

a) considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

b) o poder de polícia é fato gerador das taxas.

c) o poder de polícia, como regra, tem como característica ser discricionário.

d) as guardas municipais têm competência para fiscalizar o trânsito, lavrar auto de infração de trânsito e impor multas.

e) O Poder de polícia pode ser delegado para particulares

24. Sobre o tema desapropriação, julgue os itens a seguir:

I - Na desapropriação direta, os juros compensatórios são devidos a partir de quando o proprietário perde a posse.

II - Na desapropriação indireta, os juros compensatórios são devidos desde a efetiva ocupação do imóvel.

III - O prazo prescricional da desapropriação indireta é de 20 anos.

a) I e II estão incorretas;

b) I e III estão corretas;

c) Apenas o item III está errado;

d) Os itens II e III estão corretos;

e) apenas o item I está correto.

25. De acordo com os posicionamentos do Superior Tribunal de Justiça, marque a assertiva correta:

a) Na concorrência para a venda de bens imóveis, é vedada, à Administração Pública, a fixação de caução em valor diverso do estabelecido no art. 18 da Lei n. 8.666/1993.

b) As informações obtidas por monitoramento de e-mail corporativo de servidor público configuram prova ilícita, mesmo quando relacionadas com aspectos "não pessoais" e de interesse da Administração Pública e da própria coletividade.

c) Sociedade empresária em recuperação judicial não pode participar de licitação, ainda que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

d) O candidato aprovado em concurso público fora do número de vagas não tem direito subjetivo à nomeação caso surjam novas vagas durante o prazo de validade do certame, haja manifestação inequívoca da administração sobre a necessidade de seu provimento e não tenha restrição orçamentária.

e) São prescritíveis as ações de reintegração em cargo público quando o afastamento se deu em razão de atos de exceção praticados durante o regime militar

26. De acordo com a Lei 13.303/16, marque a alternativa correta:

a) É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista para obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda a obras e serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente. Trata-se de um valor fixo, que não pode ser alterado.

b) A empresa pública e a sociedade de economia mista, na licitação para aquisição de bens, não poderão indicar marca ou modelo, em nenhuma hipótese.

c) A homologação do resultado da licitação gera apenas a expectativa de celebração do contrato em favor do licitante vencedor.

d) O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

e) Os contratos celebrados com base na Lei 13.303/16 são regidos pelo direito privado.

27. A respeito da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa CORRETA:

a) A responsabilidade objetiva do Estado existe em qualquer hipótese de dano, inclusive decorrente de força maior e caso fortuito.

b) Na hipótese de falha do serviço público prestado pelo Estado, é desnecessária a comprovação do nexo de causalidade entre a ação omissiva atribuída à Administração Pública e o dano causado a terceiro.

c) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

d) A teoria do Risco integral não tem aplicabilidade no Direito brasileiro.

e) O prazo de prescrição do direito de obter indenização pelos danos causados por agentes de pessoa jurídica de direito privado prestadoras de serviços públicos é de dez anos.

28. Observe os conceitos abaixo e os relacione de maneira correta:

I – É ato unilateral e vinculado por meio do qual administração pública concede ao administrado a possibilidade de realizar determinada atividade.

II – É ato unilateral e discricionário em que a Administração concede ao administrado a possibilidade de exercer certa atividade.

III – É ato unilateral, discricionário e precário, pelo qual a Administração faculta ao administrado a utilização privativa de determinado bem público.

IV – É ato unilateral e vinculado por meio do qual a Administração reconhece ao particular o direito à prestação de determinado serviço público, desde que preencha os requisitos legais.

- a) Licença/ Autorização/ Permissão / Admissão
- b) Autorização/ Licença/ Permissão/ Admissão
- c) Permissão/ Autorização/ Aprovação/ Licença
- d) Admissão/Permissão/ Homologação/ Autorização
- e) Aprovação/ Homologação/ Licença/ Admissão

29. De acordo com o tema atos administrativos, marque a assertiva correta:

- a) O ato administrativo ilegal deve ser revogado pela Administração Pública.
- b) A autoexecutoriedade é o atributo pelo qual o ato administrativo ocorrerá independente da concordância do particular
- c) A imperatividade é o atributo pelo qual o ato administrativo se impõe a terceiros independente da autorização do Poder Judiciário.
- d) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- e) A caducidade é uma espécie de retirada pela qual o destinatário do ato administrativo deixou de cumprir algum requisito estabelecido em lei necessário para que haja a prática do ato administrativo

30. De acordo com o STF e suas súmulas vinculantes, marque a assertiva incorreta:

- a) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, inclusive a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão

b) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

c) É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

d) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

e) Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Michael de Jesus

31. Sobre a competência tributária, esta correto:

I - Aplica-se retroativamente, por ser mais benéfica, lei tributária que institui isenção desde que o tributo não tenha sido pago;

II - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão sua competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades;

III - O Supremo Tribunal Federal adotou a corrente dicotômica referente a função da lei complementar no Direito Tributário;

IV - É possível delegar a competência tributária uma vez ao ano, por ocasião da produção da lei orçamentária;

V - Os municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública.

- a) Apenas as proposições II e IV estão corretas.
- b) As proposições I, II e III estão incorretas;
- c) Apenas as proposições I e V estão corretas
- d) Apenas as proposições II e V estão corretas;
- e) Apenas as proposições III e IV estão incorretas.

32. Sobre o IPTU é incorreto dizer:

- a) Para o STJ pode ser cobrado IPTU de loteamento aprovado pelo órgão competente de área não urbana e sem qualquer dos melhoramentos exigidos no CTN para cobrança do tributo em questão, desde que lei reconheça tal área como sendo apenas urbanizável;
- b) A Constituição Federal menciona apenas a propriedade como fato gerador do IPTU, não mencionando o domínio útil ou a posse;
- c) Para o Superior Tribunal de Justiça, a restrição ambiental de utilização da propriedade localizada em área urbana, a qual, por conta disto, passa a não poder mais ser edificável (*non aedificandi*) afasta a incidência de IPTU.
- d) É inconstitucional lei municipal que logo após o advento da Constituição Federal, em 1990, estabelece progressividade fiscal do IPTU que não seja para assegurar o cumprimento da função social da propriedade.
- e) É defeso ao município atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.

33. Sobre as execuções fiscais, é correto dizer:

- a) A execução fiscal é instrumento adequado para cobrança de dívida ativa apenas de natureza tributária;
- b) As decisões dos tribunais de contas que imputem débitos ou multas possuem eficácia de título executivo e que não precisam ser inscritas em dívida ativa, mas neste caso não poderá a cobrança acontecer por meio de execução fiscal.
- c) O juízo da falência é também o competente para julgar as execuções fiscais distribuídas contra o falido.

d) Nas execuções fiscais a interrupção da prescrição de dá por meio da citação válida.

e) De acordo com a lei de execução fiscal, para concessão de efeito suspensivo nos embargos à execução não será necessário garantia do juízo, bastando existir probabilidade do direito invocado pelo embargante e restar comprovado o perigo de dano.

34. Sobre o ITBI é correto afirmar:

- a) Incide sobre a transmissão gratuita ou onerosa de bens imóveis.
- b) De acordo com o CTN, o contribuinte do ITBI é o comprador do imóvel.
- c) Para o STJ, caso de imóvel arrematado em processo judicial, o cálculo do ITBI deve ser feito com base no valor da avaliação judicial.
- d) A transmissão apta a ensejar a incidência do ITBI pode ser ainda de direitos reais sobre bens imóveis, incluindo os de garantia.
- e) Para o STF a imunidade do ITBI não alcança valor de bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado.

35. No caso do ISS, é incorreto afirmar:

- a) Para o STF não incide ISS sobre o serviço de locação de bens móveis;
- b) De modo geral, o ISS é devido no local do estabelecimento do prestador ou, na falta de estabelecimento, no local de domicílio do prestador.
- c) Incide ISS e não IPI sobre serviço de manutenção em âmbito industrial sobre produto certo e determinado de propriedade de determinada pessoa.
- d) Não é possível utilizar para base de cálculo do ISS valor correspondente a circulação de mercadoria.
- e) Não deve incidir ISS sobre a exportação de serviços para o exterior.

36. No direito tributário:

- a) A imunidade deve ser interpretada literalmente já que se refere a limitação ao poder de tributar;
- b) O instituto da imunidade recíproca não alcança as entidades integrantes da administração pública que detenham personalidade jurídica de direito privado.
- c) A imunidade recíproca alcança as autarquias, mas neste caso incidirá exclusivamente no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou à delas decorrentes.
- d) A imunidade a templos religiosos alcança as maçonarias.
- e) Para o STF a imunidade tributária que favorece as entidades sindicais alcança a colônia de férias de sindicato dos trabalhadores.

37. É correto dizer que:

- a) ocorrendo alguma das hipóteses de suspensão do crédito tributário antes do fisco ter efetuado o lançamento tributário, este não poderá mais ocorrer enquanto a suspensão estiver vigente.
- b) Para o STF o ato de concessão de isenção fiscal não é discricionário.
- c) De acordo com o CTN, constitui caso de extinção do crédito tributário a concessão de isenção tributária.
- d) Os créditos contra a Fazenda pública utilizáveis na compensação podem ser tanto os vencidos como os vincendos.
- e) Uma lei que cria determinada anistia tributária atenderá ao que dispõe o CTN se, expressamente, anistiar as infrações cometidas antes e depois de sua edição.

38. De acordo com o direito tributário constitucional, pertencem aos municípios

- a) 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;
- b) 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de

transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

c) 35% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

d) 25% do produto de arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

e) 35% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.

DIREITO FINANCEIRO

Michael de Jesus

39. O Direito Financeiro cuida:

- a) da despesa feita pela Administração Pública, sendo que a receita arrecada fica a cargo do direito tributário;
- b) da receita, da despesa e do orçamento público e privado;
- c) de regulamentar a instituição de tributos;
- d) do orçamento, do crédito, da receita e da despesa no âmbito da administração pública.
- e) tão somente da receita e da despesa pública

40. Sob uma perspectiva orçamentária, os empréstimos compulsórios com prazo de devolução superior a doze meses

- a) São classificados, quanto à entrada orçamentária, como receita corrente, por configurarem tributo;
- b) Auferem valores que integram a dívida pública mobiliária;
- c) Geram créditos exigíveis que integrarão a dívida ativa não tributária;
- d) São classificados como créditos públicos voluntários;
- e) Integram o montante da dívida pública flutuante.

41. “Montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, bem assim as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento,” é, segundo a lei de responsabilidade fiscal, definição de:

- a) dívida pública consolidada ou fundada.
- b) operação de crédito.
- c) dívida pública mobiliária.
- d) refinanciamento de dívida
- e) dívida pública garantida.

42. O município que exceder a 95% do limite estabelecido na LRF para realizar despesas com pessoal pode:

- a) Conceder vantagem ou reajuste que não seja derivado de sentença judicial e de revisão geral;
- b) Pagar indenização por demissão de servidores ou empregados;
- c) Promover a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa
- d) Prover cargo público que não seja para repor o decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- e) Criar cargo, emprego ou função.

43. Os objetivos da LRF não incluem:

- a) O estabelecimento de normas para a elaboração e controle dos orçamentos públicos;
- b) O estabelecimento de normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal;
- c) O estabelecimento de uma ação de planejamento transparente na gestão dos recursos públicos;
- d) A prevenção dos riscos e a correção de desvios que afetem o equilíbrio das contas públicas;

e) A garantia do equilíbrio das contas públicas, por meio de metas de resultados entre receitas e despesas.

44. A LOA, de acordo com a CF/88:

- a) Conterá a previsão da dívida pública;
- b) Conterá somente a previsão da receita e a fixação da despesa;
- c) Conterá a previsão da receita e a fixação da despesa, excluindo a autorização para abertura de crédito suplementares;
- d) Não conterá autorização para a contratação de operações de crédito
- e) Conterá a previsão da receita e a fixação da despesa, além da autorização para abertura de crédito suplementares e contratação de operação de crédito.

45. A Constituição Federal, ao disciplinar o regime dos precatórios judiciais, determina que:

- a) É vedada a entrega de créditos em precatórios para compra de imóveis públicos do respectivo ente federativo;
- b) As condenações judiciais de natureza alimentar não estão sujeitas a pagamento por precatório, qualquer que seja o seu valor;
- c) As condenações judiciais em favor de pessoas com mais de sessenta anos não estão sujeitas a pagamento por precatório, qualquer que seja o seu valor;
- d) É vedado o fracionamento do valor do precatório em qualquer hipótese;
- e) O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rogério Cunha

46. Sobre o regime processual da fazenda pública em juízo assinale a alternativa incorreta:

- a) De acordo com a Lei nº 13.105/2015, na ação rescisória, a petição inicial será elaborada com observância dos requisitos essenciais, devendo o autor depositar a importância de cinco por cento sobre o valor da causa, excetuando-se, apenas, os que tenham obtido o benefício de gratuidade da justiça.
- b) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.
- c) O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- d) Será representado em juízo, ativa e passivamente, o município, por seu prefeito ou procurador.
- e) O juiz requisitará às repartições públicas, em qualquer tempo ou grau de jurisdição, os procedimentos administrativos nas causas em que forem interessados a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios ou entidades da administração indireta.

47. Acerca do sistema recursal do atual Código de Processo Civil assinale a alternativa correta :

- a) A eficácia da decisão recorrida não poderá ser suspensa por decisão do relator, mesmo que a imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.
- b) A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.
- c) O recurso pode ser interposto apenas pela parte vencida e pelo terceiro prejudicado.
- d) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.

e) É obrigatório o recolhimento do porte de remessa e de retorno no processo em autos eletrônicos.

48. Sobre os requisitos da petição inicial no Código de Processo Civil assinale a alternativa correta:

- a) A petição inicial indicará dentre eles: o juízo a que é dirigida, o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, sendo dispensado indicar o valor da causa.
- b) A petição inicial poderá ou não ser instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.
- c) O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos legais ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado, e mesmo se aquele não cumprir a diligência terá sua petição deferida.
- d) É ilícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.
- e) Nas ações que tenham por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo, de financiamento ou de alienação de bens, o autor terá de, sob pena de inépcia, discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito.

49. Sobre o instituto da calendarização processual e dos negócios jurídicos processuais no atual Código de Processo Civil, assinale a opção CORRETA.

- a) O calendário processual vincula somente as partes.
- b) Após a fixação do calendário para a prática dos atos processuais, os prazos não poderão ser modificados.
- c) Dispensa-se a intimação das partes para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário.

d) É vedado às partes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa.

e) Somente a requerimento, o juiz controlará a validade das convenções previstas, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade.

50. Sobre o cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela fazenda pública assinale a alternativa correta:

a) não será necessária a apresentação de memória de cálculos.

b) não ocorrendo o pagamento voluntário ocorrerá acréscimo de multa de dez por cento.

c) a Fazenda Pública será intimada para, querendo, no prazo de 15 dias impugnar a execução.

d) a Fazenda Pública será intimada para, querendo, no prazo de 15 dias embargar a execução.

e) rejeitadas as arguições da executada expedir-se-á, por intermédio do presidente do tribunal competente, precatório em favor do exequente, observando-se o disposto na Constituição Federal.

51. No que tange aos procuradores no Código de Processo Civil Brasileiro assinale a alternativa correta:

a) O advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração, sob nenhuma hipótese.

b) Quando postular em causa própria, incumbe ao advogado declarar, na petição inicial, o endereço, seu número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil e o nome da sociedade de advogados da qual participa, para o recebimento de intimações, descumprindo esta determinação, o juiz ordenará que supra qualquer omissão no prazo de 10 (dez) dias antes de determinar a citação do réu, sob pena de indeferimento da petição.

c) A procuração não pode ser assinada digitalmente.

d) A procuração outorgada na fase de conhecimento é eficaz para todas as fases do

processo, inclusive para o cumprimento de sentença, salvo disposição expressa em sentido contrário constante do próprio instrumento.

e) O advogado tem direito a requerer, como procurador, vista dos autos de qualquer processo, pelo prazo de 10 (dez) dias.

52. Assinale a alternativa correta acerca das demandas envolvendo a fazenda pública:

a) a fixação dos honorários observará critérios de zelo profissional, lugar da prestação do serviço, natureza e importância da causa, trabalho realizado pelo procurador e o tempo exigido para o seu serviço, bem como um percentual legal a ser definido de acordo com o valor da condenação ou do proveito econômico obtido.

b) se a sentença for proferida contra o Município que constitua capital do Estado e o valor da condenação for inferior a 100 (cem) salários mínimos, não se aplica o duplo grau de jurisdição.

c) as despesas dos atos processuais praticados a requerimento da Fazenda Pública, do Ministério Público ou da Defensoria Pública serão isentas de custas.

d) a intervenção do Ministério Público, como fiscal da lei, é obrigatória.

e) serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, ainda que não tenha sido impugnada.

53. Acerca do regime da Lei nº 12.153/09, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta:

a) Incluem-se na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as causas que versem sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como das autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.

b) haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive para a interposição de recursos.

c) Ainda que para evitar dano de difícil ou de incerta reparação, o juiz não poderá, de ofício,

deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, pelo que dependem de requerimento das partes.

d) O juiz nomeará pessoa habilitada para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, que apresentará o laudo em até 5 dias antes da audiência.

e) Os conciliadores e juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de 5 anos de experiência.

54. Dispõe o Código de Processo Civil que “O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos” assim analise as seguintes assertivas sobre o regime legal dos conciliadores e mediadores:

I. A confidencialidade estende-se a todas as informações produzidas no curso do procedimento, cujo teor não poderá ser utilizado para fim diverso daquele previsto por expressa deliberação das partes.

II. O conciliador, que atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, auxiliará aos interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos.

III. Em razão do dever de sigilo, inerente às suas funções, o conciliador e o mediador, assim como os membros de suas equipes, não poderão divulgar ou depor acerca de fatos ou elementos oriundos da conciliação ou da mediação.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e III.
- e) Apenas II e III.

55. Sobre o regime processual das nulidades julgue as afirmativas abaixo:

01. () Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos atos processuais subsequentes.

02. () Se o processo tiver tramitado sem conhecimento do membro do Ministério Público, o juiz invalidará os atos praticados desde a distribuição.

03. () São anuláveis as citações e as intimações quando feitas sem observância das formas previstas na legislação vigente.

04. () Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, qualquer das partes poderá requer a sua decretação.

Assinale a alternativa que reflete a ordem das afirmações:

a) V,V,V,F.

b) F,F,F,V.

c) V,V,V,V.

d) V,F,V,F.

e) F,F,F,F.

56. Sobre a comunicação dos atos processuais, é correto afirmar que:

a) a parte que requerer citação editalícia alegando, dolosamente, desconhecer o endereço da parte adversa, incorrerá em multa de 5 (cinco) vezes o salário-mínimo.

b) o oficial de justiça somente poderá efetuar citações e intimações na comarca em que atua, não podendo praticar tais atos nem mesmo em comarcas contíguas.

c) na ação de usucapião de imóvel, os confinantes serão citados por meio de carta com aviso de recebimento.

d) não se fará a citação dos noivos nos primeiros 7 (sete) dias após as bodas, salvo para evitar perecimento do direito.

e) a citação dos municípios deverá ser feita na pessoa do Prefeito, representante do Poder Executivo.

57. Os juizados especiais da fazenda pública previstos na Lei 12.153/09 têm competência para processar e julgar:

- a) ação de desapropriação de imóvel cujo valor não exceda sessenta salários mínimos.
- b) ação cujos sujeitos ativos sejam entes públicos da administração pública direta, autárquica e fundacional dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- c) ação rescisória para desconstituir as suas próprias decisões de mérito.
- d) ação de improbidade administrativa praticada por secretário municipal, cujo valor do dano ao erário não ultrapasse sessenta salários mínimos.
- e) mandado de segurança contra suas decisões interlocutórias proferidas, considerando a irrecorribilidade imediata de decisões dessa natureza.

58. Sobre os procedimentos especiais de jurisdição contenciosa previstos no Código de Processo Civil assinale a opção correta:

- a) Na via extrajudicial, é admitida a consignação em pagamento em pecúnia ou em objeto diferente de dinheiro.
- b) Os embargos de terceiro poderão ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgado a sentença, mas não são oponíveis no cumprimento de sentença nem na execução.
- c) Na ação de dissolução de sociedade a sociedade não será citada se todos os seus sócios o forem, e não ficará sujeita aos efeitos da decisão e à coisa julgada.
- d) De acordo com o STJ, é inadmissível a conversão, de ofício ou a requerimento das partes, da execução em ação monitória após ter ocorrido a citação.
- e) Nas ações de família a citação ocorrerá com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data designada para a audiência.

59. Assinale a alternativa correta no que diz respeito à citação do Código de Processo Civil:

- a) será ela sempre pessoal, por se tratar de ato personalíssimo, com a única exceção do mentalmente incapaz, cuja citação far-se-á na figura de seu curador.
 - b) é ela indispensável para a validade do processo, em qualquer hipótese citando-se o réu ou o executado, sem exceção.
 - c) não será ela feita, em nenhuma circunstância, na pessoa de quem estiver participando de ato de culto religioso, em respeito ao direito constitucional de crença.
 - d) será feita inicialmente por oficial de justiça; frustrada por esse meio, sê-lo-á pelo correio e, estando o réu em lugar ignorado ou de difícil acesso, por edital.
 - e) nos condomínios edilícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a entrega do mandado a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência, que, entretanto, poderá recusar o recebimento, se declarar, por escrito, sob as penas da lei, que o destinatário da correspondência está ausente.
- 60.** Sobre o instituto da tutela provisória no Código de Processo Civil assinale a alternativa correta:
- a) conserva sua eficácia na pendência do processo, podendo ser revogada ou modificada até o saneador, se novos fatos surgirem a justificar tais alterações.
 - b) quando requerida em caráter incidental, depende do pagamento de custas.
 - c) quando for de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.
 - d) perderá seus efeitos, como regra, durante o período de suspensão do processo.
 - e) será decidida liminarmente, cabendo agravo da decisão que a conceder e apelação da decisão que a denegar, por ser terminativa.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

61. Não é requisito para que a sentença proferida no estrangeiro seja executada no Brasil:

- a) haver sido proferida por juiz competente;
- b) estar traduzida por intérprete autorizado;
- c) ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça;
- d) não tenha sido verificada à revelia;
- e) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida

62. Anderson conseguiu a sua emancipação por ato voluntário de ambos os pais ainda aos dezesseis anos de idade. Para comemorar sua nova fase independente, duas semanas após a emancipação ser registrada, Anderson pegou o carro dos pais e foi testar os limites de velocidade das vias. Por extrapolar os limites de segurança do carro, acabou perdendo o controle da direção e bateu em um outro carro que estava com o pisca alerta ligado no acostamento.

Em relação ao ocorrido, é correto afirmar que:

- a) apenas e exclusivamente Anderson responderá pelos prejuízos, já que é emancipado;
- b) apenas os pais de Anderson responderão pelo prejuízo, pois ainda é relativamente incapaz;
- c) a culpa é concorrente, visto que se o carro não estivesse parado no acostamento, não teria ocorrido o dano;
- d) ainda que ocorrida a emancipação, os pais de Anderson podem responder civilmente pelo dano, já que realizada na sua forma voluntária;
- e) o fato permite a anulação da emancipação, fazendo com que os pais de Anderson respondam pelo dano.

63. A República Federativa do Brasil é pessoa jurídica:

- a) de direito público interno, em qualquer caso;
- b) de direito público externo, em qualquer caso;

c) de direito público interno, quando se relaciona com outros países;

d) de direito público externo, quando se relaciona com outros Estados brasileiros;

e) de direito público externo, quando se relaciona com outros países.

64. Em relação à responsabilidade civil do Estado por omissão, é correto afirmar que:

- a) será subjetiva, em qualquer situação;
- b) seria objetiva, bem como a do agente omissivo;
- c) é excluída quando verificada a culpa exclusiva do agente;
- d) é objetiva quando relativa a atividade naturalmente perigosa;
- e) inexistente, pois apenas há responsabilidade pelos atos comissivos.

65. O prazo do beneficiário para reclamar do segurador em caso de seguro civil obrigatório é:

- a) decadencial e de dez anos, já que é uma responsabilidade contratual;
- b) prescricional, de três anos, já que é uma responsabilidade extracontratual;
- c) decadencial, de três anos, já que é caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório;
- d) prescricional, de três anos, já que é caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório;
- e) prescricional, de cinco anos, pois é referente a valor certo e líquido.

66. Em relação à mora, é correto afirmar que:

- a) apenas o devedor poderá estar em mora;
- b) apenas o credor poderá estar em mora;
- c) não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre este em mora;
- d) nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde a interpelação judicial ou extrajudicial;
- e) não havendo termo, a mora se constitui exclusivamente mediante interpelação judicial.

67. Em relação à posse, é correto afirmar que:

- a) o locatário tem a posse direta do imóvel e o locador a indireta;
- b) o possuidor de boa-fé não responde pela perda da coisa, ainda que tenha dado causa ao fato;
- c) o possuidor direto não poderá defender a sua posse contra o indireto, quando o último for o proprietário;
- d) o empregado que realiza as entregas no carro da empresa e o guarda diariamente em sua garagem, ainda que por ordem do empregador, terá direito a usucapir o referido bem;
- e) o possuidor de má-fé tem direito aos frutos percebidos durante a posse.

68. Após a abertura da sucessão definitiva, caso o ausente não retorne e nenhum interessado promova a sucessão definitiva, os bens arrecadados passarão ao domínio do Município quando passados:

- a) oito anos;
- b) cinco anos;
- c) dez anos;
- d) três anos;
- e) vinte anos.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

69. Os atos do empresário individual impedido por exercer atividade incompatível com a empresa serão considerados:

- a) nulos;
- b) anuláveis;
- c) válidos;
- d) ineficazes;
- e) válidos, salvo cumprimento de obrigações trabalhistas e tributárias.

70. Rogerinho pretende iniciar empresa sem a presença de sócios, isso aos dezesseis anos de idade. Foi orientado que poderá constituir uma empresa nas formas de Empresário Individual, EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada ou Sociedade Limitada Unipessoal.

Em relação ao que foi orientado, é correto afirmar que:

- a) em ambos os casos, Rogerinho poderá constituir uma empresa com personalidade jurídica própria de pessoa jurídica;
- b) A EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada poderá ser constituída, desde que o seu capital seja superior a 40 (quarenta) vezes o maior salário-mínimo do país;
- c) A EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada poderá ser constituída por pessoa jurídica;
- d) A Sociedade limitada deve ser constituída por 2 (dois) ou mais sócios;
- e) O Empresário Individual poderá constituir uma única empresa dessa modalidade.

71. O estabelecimento empresarial, segundo o código civil é:

- a) uma universalidade de fato, formada por bens materiais e imateriais organizados por empresário ou sociedade empresária;
- b) uma universalidade autônoma com personalidade jurídica própria;
- c) o lugar onde o empresário desenvolve as suas atividades e relação sinonímia com o ponto empresarial;
- d) exclusiva e unicamente vinculado ao lugar onde o empresário ou sociedade empresário desenvolve as suas atividades;
- e) uma pessoa jurídica autônoma

72. Em relação à sociedade empresarial de cônjuges, é correto afirmar que:

- a) é permitida, salvo se o regime de bens do casal for o da comunhão universal de bens ou da separação obrigatória;
- b) é proibida seja lá qual for o regime de bens;
- c) é permitida, salvo no caso de separação obrigatória;
- d) é permitida, mas depende de autorização judicial;
- e) é proibida, mas poderá ser autorizada caso o capital esteja integralizado.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

Henrique da Rosa

73. É considerada cláusula abusiva com previsão no Código de Defesa do Consumidor, dentre outras, as cláusulas que:

- a) Possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias.
- b) Estipulem prazos para a solução dos problemas decorrentes da relação de consumo.
- c) Autorizem somente o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, mesmo quando igual direito seja conferido ao consumidor.
- d) Determinem a utilização consensual da arbitragem.
- e) Utilizem o Código de Defesa do Consumidor e demais diplomas consumeristas como parâmetro.

74. Sobre as ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos na lei 8.078/90, é correto afirmar:

- a) O Ministério Público, se não ajuizar a ação, atuará sempre que possível, como fiscal da ordem jurídica.
- b) Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local do foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local.

c) Em caso de procedência parcial do pedido, a condenação será específica e limitada, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados.

d) A liquidação e a execução de sentença somente poderão ser promovidas pela vítima e seus sucessores, em legitimação ordinária.

e) Decorrido o prazo de três anos sem habilitação de interessados em número compatível com a gravidade do dano, poderão os legitimados do art. 82 da lei 8.078/90 promover a liquidação e execução da indenização devida.

75. Não é princípio do processo coletivo:

- a) Princípio da indisponibilidade.
- b) Princípio do máximo efeito da tutela coletiva.
- c) Princípio da integratividade.
- d) Princípio da virtualidade social.
- e) princípio da primazia no conhecimento do mérito.

76. Assinale a alternativa correta acerca dos interesses e direitos difusos.

a) interesses ou direitos difusos, assim entendidos, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias jurídicas.

b) interesses ou direitos difusos, assim entendidos, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas determinadas e ligadas por circunstâncias de fato.

c) interesses ou direitos difusos, assim entendidos, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

d) interesses ou direitos difusos, assim entendidos, os transindividuais, de natureza divisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

e) interesses ou direitos difusos, assim entendidos, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por relação jurídica base.

77. Em relação aos interesses e direitos individuais homogêneos, difusos e coletivos e sua classificação doutrinária, é incorreto dizer que:

- a) Direitos essencialmente coletivos são os difusos e coletivos.
- b) Direitos acidentalmente coletivos são os individuais homogêneos.
- c) O objeto indivisível significa que a ofensa ao direito de um corresponde à ofensa ao direito de todos.
- d) No caso dos direitos e interesses difusos, todos os titulares estão inseridos na mesma situação de fato.
- e) No caso dos direitos difusos, é possível de se determinar quem seriam os titulares exatamente.

78. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Segundo a Resolução n. 23 do CNMP, que trata do inquérito civil, o fornecimento da qualificação mínima do autor do fato é exigido como condição para que se tome providências no caso de denúncia anônima.
- b) Segundo a Resolução n. 23 do CNMP, o procedimento preparatório do inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, sempre que necessário, em caso de motivo justificável.
- c) Conforme a Lei 7.347/85, os objetos jurídicos tuteláveis são exemplificativos.
- d) Segundo a Lei n. 4.717/65, que trata da Ação Popular, são nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades previstas em seu texto, nos casos de incompetência, restando esta caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.
- e) Segundo a Lei n. 7.347/85, somente os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais.

79. Sobre a ação popular, é correto afirmar:

- a) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a sustar ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado

participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

b) É facultado a qualquer pessoa habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular.

c) Se o autor desistir da ação ou der motiva à absolvição da instância, serão publicados editais nos prazos e condições previstos no art. 7º, inciso II, ficando assegurado a qualquer pessoa, bem como ao representante do Ministério Público, dentro do prazo de 90 (noventa) dias da última publicação feita, promover o prosseguimento da ação.

d) A sentença que, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária, condenará o autor ao pagamento do décuplo das custas.

e) A ação popular faz parte do processo coletivo especial

80. Sobre a ação civil pública, prevista na lei 7.347/85, pode-se afirmar:

- a) Pode ser ajuizada por pessoa física.
- b) Pode ser ajuizada por partido político com representação no congresso.
- c) Pode ser ajuizada por movimento social.
- d) Pode ser ajuizada por autarquia.
- e) Pode ser ajuizada por qualquer pessoa.

81. Sobre o inquérito civil, é correto afirmar:

- a) É submetido ao contraditório e ampla defesa.
- b) Deve ser sempre precedido de sindicância.
- c) Seu arquivamento cabe ao juiz competente, tal qual o inquérito policial.
- d) É um procedimento de natureza inquisitória.
- e) É um procedimento de natureza inquisitória, mas submetido ao contraditório.

82. Assinale a alternativa correta em relação a ação civil pública, prevista na lei 7.347/85:

a) As ações previstas na lei 7.347/85 serão sempre propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência relativa para processar e julgar a causa.

b) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, poderá atuar como fiscal da lei.

c) Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.

d) Se, por qualquer razão, os juízes tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.

e) Constitui crime, punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, mais multa de 10 (dez) a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando solicitados pelo Ministério Público.

83. Assinale a alternativa correta, de acordo com a lei 9.985/2000 (Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências).

a) O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza é constituído apenas pelo conjunto das unidades de conservação federais e estaduais, de acordo com o disposto na lei 9.985/2000.

b) As unidades de conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza dividem-se em dois grupos, com características específicas, quais sejam, Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

c) A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da flora e a realização de pesquisas científicas, inclusive experimentais.

d) Na Estação Ecológica não podem ser permitidas alterações dos ecossistemas.

e) A Reserva Biológica é de posse e domínio públicos, ressalvadas as áreas particulares incluídas em seus limites, de acordo com o que dispõe a lei.

84. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a lei 6.766/1979:

a) O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento, desmembramento ou desdobro, observadas as disposições da Lei 6.766/79 e as das legislações estaduais e municipais pertinentes.

b) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer normas complementares relativas ao parcelamento do solo municipal para adequar o previsto nesta Lei às peculiaridades regionais e locais.

c) A infraestrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.

d) O lote poderá ser constituído sob a forma de imóvel autônomo ou de unidade imobiliária integrante de condomínio de lotes.

e) Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal.

DIREITO DO TRABALHO

Lucas Pessoa

85. Acerca dos grupos econômicos e da sucessão de empregadores, julgue os itens a seguir, considerando a reforma trabalhista de 2017.

I Uma vez caracterizada a sucessão trabalhista, apenas a empresa sucessora responderá pelos débitos de natureza trabalhista, podendo-se acionar a empresa sucedida somente se comprovada fraude na operação societária que transferiu as atividades e os contratos de trabalho.

II Para a justiça do trabalho, a mera identidade de sócios é suficiente para configurar a existência de um grupo econômico.

III Configurado o grupo econômico, as empresas responderão subsidiariamente pelas obrigações decorrentes das relações de emprego.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

86. Em relação aos contratos de trabalho celebrados com a Administração Pública sem concurso público após a Constituição Federal de 1988, é CORRETO afirmar:

- a) O contrato de trabalho é nulo, somente conferindo ao trabalhador direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário- mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.
- b) O contrato é nulo, sem que se possa reconhecer qualquer direito ao trabalhador.
- c) O contrato é anulável, sendo devidos todos os direitos ao trabalhador até o trânsito em julgado da decisão que reconhecer a irregularidade.
- d) Considerando as Convenções da OIT ratificadas pelo Brasil, o contrato de trabalho é válido e é garantido ao trabalhador o rol de direitos elencados na Constituição Federal.
- e) Nenhuma das anteriores.

87. No que se refere a férias, assinale a opção CORRETA:

- a) O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono de férias serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.
- b) O empregado receberá, durante as férias, a remuneração que lhe for devida durante o período aquisitivo.
- c) O período de férias não é computado como tempo de serviço.
- d) É facultado ao empregado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes, sendo que o referido abono deverá ser requerido até 10 (dez) dias antes do término do período aquisitivo.
- e) O empregado poderá exigir do empregador que as férias sejam concedidas no período que melhor atenda aos seus interesses.

88. A respeito da terceirização de serviços, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não se configura vínculo empregatício entre os trabalhadores, ou sócios das empresas prestadoras de serviços e a empresa contratante, desde que os serviços contratados sejam ligados à atividade-meio da contratante.
- b) O capital social da empresa prestadora de serviços constitui requisito para o seu regular funcionamento, não bastando somente que a mesma esteja devidamente inscrita no CNPJ e registrada na Junta Comercial.
- c) Empresa prestadora de serviços a terceiros é a pessoa jurídica de direito privado destinada a prestar à contratante serviços determinados e específicos, não sendo permitida a subcontratação para empresas diversas.
- d) É responsabilidade da empresa contratada garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores, quando o trabalho for realizado em suas dependências ou em local por ela designado..
- e) É lícita a celebração de contrato geral de prestação de serviços entre a tomadora e a empresa prestadora de serviços, não sendo exigido

que no termo esteja determinado expressa e especificamente os serviços a serem desempenhados.

89. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:

I - banco de horas anual.

II - enquadramento do grau de insalubridade.

III - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

IV - participação nos lucros ou resultados da empresa.

V - prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho.

Estão corretas somente as afirmações:

a) I, II e V

b) I, II e IV

c) I, III e IV

d) I, II, IV e V

e) II, III e V

d) É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

e) O patrocinador, independentemente de sua natureza jurídica, obriga-se a contribuir com o mesmo percentual da contribuição vertida pelo participante

91. As entidades fechadas de previdência complementar deverão ser compostas, no mínimo, por:

a) conselho de administração, conselho fiscal e conselho deliberativo.

b) conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria-executiva.

c) diretoria-executiva, conselho fiscal e diretoria de previdência.

d) conselho consultivo, conselho de administração e conselho deliberativo.

e) diretoria-executiva, conselho fiscal e diretoria de benefícios.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Felipe Cavalcante

90. A respeito do Regime de Previdência Complementar, assinale a alternativa correta:

a) O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei ordinária.

b) O ingresso em regime de previdência privada é facultativo mas, uma vez feita a opção, esta será irretratável.

c) As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada integram o contrato de trabalho dos participantes, nos termos da lei.

92. Os planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar deverão prever os seguintes institutos, exceto:

a) Benefício proporcional diferido, em razão da cessação do vínculo empregatício com o patrocinador ou associativo com o instituidor antes da aquisição do direito ao benefício pleno, a ser concedido quando cumpridos os requisitos de elegibilidade;

b) Benefício especial, pago pelo mesmo órgão responsável pela concessão de aposentadoria, inclusive por invalidez, ou pensão por morte.

c) Portabilidade do direito acumulado pelo participante para outro plano;

d) Resgate da totalidade das contribuições vertidas ao plano pelo participante, descontadas as parcelas do custeio administrativo;

e) Faculdade de o participante manter o valor de sua contribuição e a do patrocinador, no caso de perda parcial ou total da remuneração recebida.

DIREITO PENAL

Josias Barcelos

O caso a seguir deve ser considerado para responder às questões de **números 93 e 94**.

Maria é funcionária pública efetiva municipal da Prefeitura de Paulistano, lotada no Departamento de Tecnologia da Informação, Secretaria de Gestão. Foi orientada pelo Diretor do Departamento que os monitores dos novos computadores da Prefeitura deveriam ficar em uma sala reservada, com utilização de trancas e cadeados. A empresa fornecedora de equipamentos de informática entregou 10 (dez) novos monitores ao Departamento. Maria recebeu os equipamentos, mas entendeu que as determinações do Diretor eram exageradas, e os deixou na recepção do Departamento, no final do expediente, e foi para sua residência. José, servidor efetivo da Secretaria de Educação de Paulistano, compareceu à Secretaria de Gestão para retirar livros didáticos, e ao passar pela recepção do Departamento de Tecnologia da Informação, após a saída de Maria, observou que não havia pessoas no local há 30 minutos, e subtraiu dois monitores. José tinha ciência que tais equipamentos foram adquiridos pela Prefeitura.

93. Referente à responsabilidade penal de Maria e José, assinale a alternativa correta:

- a) Maria responderá por peculato apropriação, e José por peculato culposo.
- b) Maria e José responderão por furto qualificado.
- c) Maria responderá por peculato culposo, e José por peculato furto.
- d) Maria responderá por peculato culposo, e José por furto simples.
- e) Maria e José responderão por peculato apropriação.

94. No que concerne à hipótese narrada e na aplicação de pena à Maria, assinale a alternativa correta:

- a) Em razão do concurso de pessoas, será aplicada causa de aumento de pena.
- b) Caso repare os danos antes da sentença irrecorrível, será extinta a punibilidade.
- c) Caso tenha 65 anos na data da sentença, será atenuada a pena.
- d) Será aumentada a pena, por concurso formal de crimes.
- e) Caso repare os danos na audiência de instrução e julgamento, será aplicada a causa de diminuição de pena, por arrependimento posterior.

95. Sobre os crimes contra a ordem tributária, previstos no artigo 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, assinale a alternativa correta:

- a) É possível, segundo os tribunais superiores, iniciar persecução penal antes de encerrado o procedimento administrativo, nos casos de embaraço à fiscalização tributária ou diante de indícios da prática de outros delitos, de natureza não fiscal, mitigando a súmula vinculante 24.
- b) a súmula vinculante 24 não retroage aos crimes ocorridos antes de sua edição.
- c) conforme súmula vinculante 24, consideram-se formais os crimes contra a ordem tributária.
- d) Tipificam-se os crimes com o lançamento provisório do tributo.
- e) O prazo prescricional inicia-se a partir do lançamento do tributo.

96. De acordo com o Código Penal, considerando as alterações da Lei Federal nº 13.964/2019 (“Pacote Anticrime”), referente à pena de multa, assinale a alternativa correta:

- a) a pena de multa poderá ser convertida em prisão.
- b) Será executada perante a Vara da Fazenda Pública e considerada dívida de valor.
- c) Possibilita a execução da pena de multa antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- d) Prevê, expressamente, a legitimidade do Ministério Público para execução da pena de multa.

e) Para sua execução aplica-se as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública.

c) como garantia da ordem tributária.

d) para assegurar a aplicação da lei penal e administrativa.

e) como garantia da ordem penal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Josias Barcelos

97. A respeito do arquivamento do Inquérito Policial, tendo em conta o Código de Processo Penal, é correto afirmar:

a) o juiz homologará o arquivamento do inquérito policial, após decisão do órgão ministerial de revisão.

b) Nas ações penais relativas a crimes praticados em detrimento da União, Estados e Municípios, a revisão do arquivamento do inquérito policial poderá ser provocada pela chefia do órgão a quem couber a sua representação judicial.

c) O acordo de não persecução penal será homologado pelo órgão de revisão ministerial, após proposta do órgão do Ministério Público responsável pelo inquérito policial.

d) Se a vítima, ou seu representante legal, não concordar com o arquivamento do inquérito policial, poderá submeter a matéria à instância competente do órgão ministerial, no prazo de 30 (trinta) dias da remessa do inquérito.

e) Os elementos informativos da mesma natureza do inquérito policial serão arquivados, sem a necessidade de revisão de outro órgão ministerial.

98. Da decisão que não receber a denúncia ou a queixa é cabível

a) Apelação.

b) Carta testemunhável.

c) Agravo de instrumento.

d) Recurso em sentido estrito.

e) Recurso Ordinário.

99. Segundo o art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada

a) por conveniência da instrução criminal.

b) como garantia da ordem coletiva.

100. Referente aos prazos em processo penal, assinale a alternativa correta:

a) na contagem de prazos no processo penal inclui-se o dia do começo, assim como ocorre no direito penal.

b) No caso de Diário de Justiça eletrônico, há regras excepcionais de prazos ao processo penal em comparação ao processo civil.

c) Conforme entendimento sumulado pelo STF, no processo penal contam-se os prazos da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.

d) o prazo para interpor apelação é de 10 (dez) dias.

e) Nos casos de intimação da defesa técnica e da parte, será considerada para contagem de prazo a partir da intimação que ocorrer primeiro.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PGM-SP-15-08-20>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores.

Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>